



RESENHA



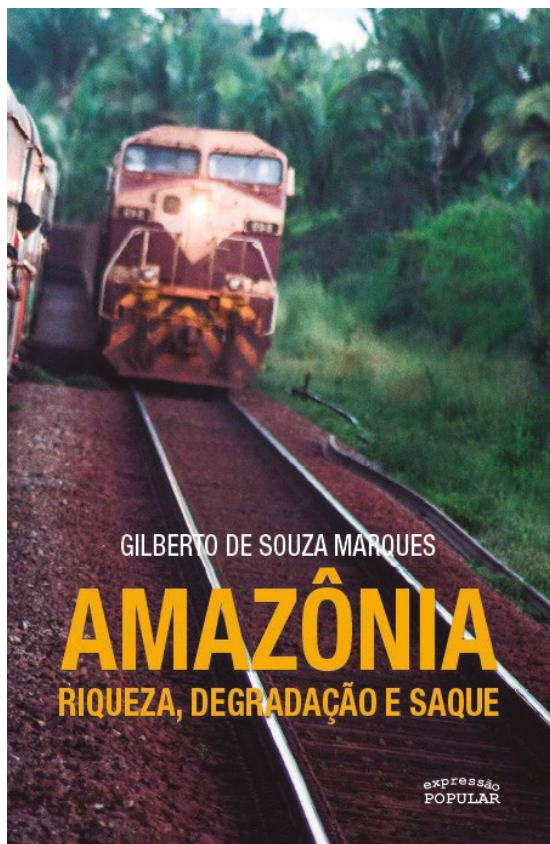
ÚLTIMA FRONTEIRA DO CAPITALISMO: DEGRADAÇÃO E SAQUE DA AMAZÔNIA

GILBERTO DE SOUZA MARQUES

Daniel Wanderley Caliman  

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia

submissão: 19/04/2021 | aprovação: 14/02/2022



RESENHA

A presente resenha apresenta, por meio da análise da obra de Gilberto de Souza Marques, uma reflexão crítica sobre a temática da Amazônia como um espaço permeado por relações conflituosas entre capital, sua sociedade e seu processo histórico de desenvolvimento. Ela se debruça sobre o livro buscando apresentar suas ideias centrais em linguagem semelhante àquela utilizada pelo autor, ou seja, agregando à escrita científica doses de estilo literário. Por fim, ela se propõe a cruzar as referências da obra a algumas perspectivas teóricas encontradas em Gramsci e Poulantzas, no intuito de trazer o objeto do livro mais próximo dos paradigmas colocados pela questão da hegemonia.

Gilberto de Souza Marques, já nas quatro linhas iniciais de seu livro “Amazônia: riqueza, degradação e saque” (Editora Expressão Popular, 2019), dá a tônica que percorrerá as próximas 271 páginas e cinco capítulos de seu livro: uma obra de intenção decolonial, que busca aproximar quem lê de uma ótica intrinsecamente classista e autóctone. A opção por uma linguagem literária em meio a uma complexa bibliografia científica vem no sentido de conferir caráter popular e pedagógico a uma temática que se encerra, muitas vezes, em círculos estéreis e pouco afeitos às nuances do processo dialógico.

A discussão principal desenvolve-se em torno do subdesenvolvimento da região, mesmo diante de suas inegáveis riquezas, devido a uma ocupação que se dá em nome do grande capital (nacional e internacional). A bibliografia articulada se propõe a embasar o argumento central: ainda que as classes dominantes locais seguissem o padrão capitalista de acumulação, ou seja, por meio da apropriação da riqueza produzida por não proprietários (trabalhadoras e trabalhadores), ela o faz de forma subordinada ao capital centralizado em outras regiões. Essa relação, para além de gerar a degradação de seu bioma, termina por relegar à região uma condição de periferia dentro da periferia, ressaltando sua dependência. A perspectiva marxista que permeia a obra dá sentido

a essa percepção do subdesenvolvimento.

Toma-se na obra a opção por narrar a história amazônica a partir do empoderamento de atores secundarizados, em detrimento de uma narrativa que considera apenas a ação exploradora como determinante. Nessa empreitada, a obra propõe uma reflexão sobre a oblição do conhecimento popular em benefício do elitismo social e científico. Com isso, ela indica a periferação como um processo para além da estrutura, mas integrada também às superestruturas, morais, ideológicas, culturais.

O autor se lança à tarefa de explicitar a ótica colonial que rege a interação do próprio Brasil com a Amazônia, como se sua incorporação ao território nacional se desse de forma sintética, subordinando-a à periferação, um contexto em que “Brasil” se explica a partir de seu Sudeste e Sul.

Percebe-se, em meio ao fluxo narrativo, uma constante transversalidade entre sensibilidade sociológica e “cruza” econômica, quando os impactos da invasão europeia são considerados em termos de deterioração das condições de reprodução social e da destruição de culturas e tecnologias das sociedades humanas originárias. Um exemplo é a discussão que se ergue em torno da função social da propriedade a partir da descrição do espólio indígena, levando a uma percepção aguda do desequilíbrio de valores

quanto à produção/reprodução coletivizada e a sua contraface privada.

Fica expressa a centralidade da Amazônia no período histórico de consolidação do território brasileiro, pela narração da disputa militar e geopolítica pela região e a definição de suas delimitações. Esse processo fora marcado pela insistência na internacionalização da região, que se manifestava em uma relação contraditória de respostas nacionais, ao longo de décadas, diante da ação externa. Marques, com uma tônica por vezes irônica e ácida, mostra que apesar da predominância da soberania formal brasileira sobre o território, o objetivo central do capital internacional é logrado: controle sobre os recursos naturais amazônicos.

Uma passagem importante da obra expressa a relação entre Estado e capital na Amazônia, que se consolidaria, principalmente, pela ação da ditadura cívico-militar: “o Estado garantia as condições básicas necessárias à produção privada e o capital privado concentrava-se na busca de lucros (com os menores custos e riscos possíveis)” (Marques 2019: 94). Coloca-se, ao longo do tempo, no centro desse processo, a industrialização de Manaus e a substituição de capital variável por capital constante.

A Amazônia é um palco de contradições, desde um complexo industrial moderno e

internacionalizado até povos intocados pela “civilização” (ocidental). Além disso, abriga paradoxos importantes: com 20% das águas doces de fácil acesso no mundo, em 2006 apenas 56,1% das casas da região recebiam água encanada (Marques 2019: 236). O esquecimento atacado por Marques em meio a essa contradição é que a região era humana antes da humanidade europeia apropriar-se de seu território. A complexa humanidade da Amazônia se demonstra não apenas em suas sociedades ainda constituídas, mas nos vestígios de sociedades anteriores à invasão europeia no continente. Essa invasão empurrou as populações para condições nas quais a reprodução social se dá sob termos mais penosos, destruindo culturas e tecnologias.

O assalto do território, pelos europeus, se dá impulsionado pela expansão mercantilista na busca por especiarias valiosas. Marca-se então o processo de incorporação da Amazônia sob a ótica da apropriação comercial. A partir disso, o livro explicita a trajetória de ocupação da região, a formação de cidades, estados, a miscigenação em seu caráter higienista, a defesa do monopólio português sobre o espólio amazônico e o processo de acumulação primitiva de capital a partir da região, por meio da compra de matérias-primas e venda de produtos elaborados.

É notável a busca por expressar uma relação de

promiscuidade entre a narrativa e a ótica real do Estado acerca do paradigma da soberania brasileira sobre a Amazônia. Essa expressão pode adquirir maior nitidez quando o autor afirma que “o Estado garantia as condições básicas necessárias à produção privada e o capital privado concentrava-se na busca de lucros (com os menores custos e riscos possíveis)” (Marques 2019: 94) e posteriormente que o capital privado (organizado pela Divisão Internacional do Trabalho - DIT) precisava “incorporar regiões cuja composição orgânica de capital (c/v) fosse mais baixa e que gerasse maior volume de mais valia” (Marques 2019:108). Ou seja, por meio de um discurso aparentemente voltado à soberania brasileira, agia-se na verdade pelo inverso: a subalternização da economia amazônica aos grandes centros internacionais. Essa relação, segundo o autor, culmina na intensa desigualdade social e concentração de renda que permeiam a região.

A exploração do seringueiro, livre ou escravizado, teria papel central na “modernização” da Amazônia, gerando valorização de capital. Diante da Revolução Industrial, a procura por borracha cresceria, alavancando a economia (para seus possuidores) na região que se inseria, agora, num mercado para além do consumo direto. A opulência dessa época, que ainda hoje guarda seus vestígios, seria então construída pela

sistemática sobre-exploração do seringueiro e suas consequentes mazelas sociais. É desse processo que se origina um centro dinâmico da economia exteriorizado e torna-se possível afirmar que “na Amazônia convivem de forma expressiva modernas e arcaicas forças produtivas” (Marques 2019:201).

A função da Amazônia na nova DIT, imposta após a Segunda Guerra Mundial, consolida-se a partir dos anos 1970, com a exploração mineral, que assumiu esse lugar diante da necessidade de “incorporar regiões cuja composição orgânica de capital (c/v) fosse mais baixa e que gerasse maior volume de mais valia” (Marques 2019:108). Isso se dava devido à crise mundial que se instalara naquela década.

A exploração amazônica termina por situar a região, em nível mundial, como fornecedora de minérios e “itens intensivos em energia” (Marques 2019: 143), por meio de uma mescla de investimentos privados e governamentais, em que esses últimos se davam (e se dão) no sentido de estimular e subsidiar a atuação do primeiro. A obra demonstra como essas interações culminam na intensa desigualdade social e concentração de renda que permeiam a região.

A posição da Amazônia na Divisão Internacional do Trabalho, como exportadora de matérias-primas e importadora de industrializados, faz com que seja diretamente proporcional o

crescimento de sua produção e o aumento de suas desigualdades. Essa contradição se faz ainda mais evidente quando contrastada com a realidade de que a Amazônia alimenta, de forma elementar, as grandes mineradoras, parte significativa da riqueza nacional.

O autor não releva que todo o movimento de “ocupação”/integração da Amazônia baseou-se no etnocídio indígena e no desrespeito à sua propriedade histórica, não apenas pela leniência estatal diante da ação privada organizada, mas inclusive pela ação direta militar. Apresenta-se também, por meio da descrição do espólio indígena, a discussão sobre a função social da propriedade, apontando com ela o desequilíbrio de valores quanto contrastadas a produção/reprodução coletivizada e a privada.

Partindo do processo de inferiorização cultural e subordinação econômica do indígena (sem negligenciar a questão semelhante na população negra), Marques (2019) contesta a tese de uma democracia racial no Brasil. A obra contribui, assim, para a compreensão da constituição cultural brasileira, pois expõe a negação do indígena e a tentativa de assimilação da identidade nacional ao pretérito colonizador europeu. Essa argumentação é desenvolvida com o objetivo de apontar a continuidade do processo colonizador, sustentado nas figuras opostas da “civilização” ligada às formas

sociais europeias, e do “atraso” que se expressaria na organização social indígena.

A obra assume um estilo literário que busca aproximar uma temática complexa à linguagem popular. Esse artifício fica evidente em uma passagem crucial para a sintetização da perspectiva contraditória do desenvolvimento amazônico: “a trajetória do desenvolvimento brasileiro tem alguma semelhança com o andar do curupira. Andou a passos largos em termos industriais e de alguns indicadores econômicos, mas deixando pegadas no sentido contrário do ponto de vista social” (Marques 2019: 203).

O texto demonstra a transversalidade, em diferentes governos, da Amazônia como representação da “terra vazia”, da última fronteira do desenvolvimento brasileiro. Essa visão potencializa um método de exploração que negligencia as necessidades socioambientais da região, em benefício da acumulação capitalista.

A forma como a questão agrária é abordada demonstra que o processo de concentração de terras faz com que se compreenda, paralelamente, a função do Estado e da dinâmica das alianças entre as classes dominantes na manutenção da subalternidade da classe trabalhadora, nesse caso, bloqueando mecanismos de reforma agrária. Interpostas essas variáveis, é possível identificar

nos incentivos fiscais relacionados às grandes propriedades de terra, na leniência (e, às vezes, incentivo) da justiça diante da grilagem ou nas alianças entre novos grandes proprietários e antiga oligarquia uma organização de busca por coesão em termos de bloco no poder (Poulantzas 1977), uma vez que o objetivo era “diminuir as tensões locais e ampliar a base de apoio governamental” (Marques 2019: 162).

Esse processo de concentração fundiária, com seus efeitos sobre a degradação ambiental, repressão social e falta de diversidade produtiva, é expressão de que “na Amazônia convivem de forma expressiva modernas e arcaicas forças produtivas” (Marques 2019: 201), logo, convivem formas contraditórias de organização social e política. A perspectiva gramsciana pode ser útil na compreensão desse fenômeno, principalmente se observados os conceitos de “ocidente” e “oriente” (Gramsci 1985). A inserção da região em estados de relativa densidade da organização da sociedade civil – resultante das formas modernas de produção – poderia conferir à sua sociedade as características ocidentais. Contudo, a presença concomitante de formas arcaicas de produção e relação social exerce influência sobre a sociedade civil, tornando sua organização mais precária e aproximando-a de características orientais. Torna-se nítido que a contradição reverbera, portanto, nas formas de

organização popular presentes na região.

A profunda análise social, econômica e política que dá tônica ao livro não se faz em detrimento dos necessários aspectos biológicos e ambientais que permeiam a Amazônia e sua significação para o equilíbrio ambiental do planeta. E até mesmo nesses aspectos ressalta-se a financeirização imposta pelo capital, através do crédito de carbono.

Nos trechos finais, o autor sistematiza as categorias marxistas que permeiam as análises ao longo de toda a redação, destacando o papel do Estado – e as relações de hegemonia em seu interior – na organização da superexploração da Amazônia.

Em suma, a obra apresenta uma visão integrada das diversas nuances que permeiam o processo histórico amazônico. Em conformidade com o tom crítico que transborda ao longo das páginas, Marques (2019) apresenta que existe sim um objetivo de desenvolvimento possível para a região que, no entanto, não pode se desvencilhar de um recorte social focado nos trabalhadores

despossuídos. Com isso aponta, finalmente, a contradição entre modo de produção capitalista e a própria necessidade de desenvolvimento da região. Diante disso, o capítulo final carrega um tom propositivo, porém sem os aprofundamentos requeridos pela proposta ousada presente ao longo da narrativa.

Por fim, a obra propõe, como pano de fundo, uma reflexão sobre a subalternização do conhecimento popular ao elitismo social e científico. Com isso, indica a periferização como um processo para além da estrutura, mas integrado também às superestruturas: morais, ideológicas e culturais. É justamente em respeito à intencionalidade de Marques com “Amazônia: Riqueza, Degradação e Saque”, termina-se essa resenha na língua de Chico Mendes: “Os seringueiros, os índios, os ribeirinhos há mais de 100 anos ocupam a floresta. Nunca a ameaçaram. Quem a ameaça são os projetos agropecuários, os grandes madeireiros e as hidrelétricas com suas inundações criminosas” (Pensador 2020:1).

REFERÊNCIAS

Gramsci, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

Marques, Gilberto de Souza. *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

Pensador. https://www.pensador.com/frases_de_chico_mendes/.

Poulantzas, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.